



# 6º Encontro Internacional de Política Social 13º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl

Marx para pensar a crise do capitalismo

Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Mundo do trabalho.

## CATEGORIA TRABALHO: DE SUA ONTOLOGIA AO SISTEMA CAPITALISTA

Laís Vila Verde Teixeira<sup>1</sup>

Mayara Simon Bezerra<sup>2</sup>

Maria Cristina Piana<sup>3</sup>

**Resumo:** Recorrendo a categoria trabalho como ponto de partida, e compreendendo-o como atividade eminentemente humana, apresentamos uma reflexão teórica para discutir esta temática e posteriormente compreender a complexificação do trabalho no sistema capitalista de produção. Enquanto trabalho ontológico, o homem tem posse dos seus meios de produção, conhece o processo de trabalho e se reconhece no produto de seu trabalho. Em contrapartida, o trabalho configurado nos moldes do capitalismo, os meios de produção pertencem ao capitalista, o trabalho se torna alienado ao homem e o mesmo não se reconhece no produto do seu trabalho. A construção deste artigo resultou de pesquisa bibliográfica apresentando a categoria trabalho numa perspectiva crítica a partir do referencial teórico marxiano.

**Palavras-chave:** Trabalho; Capitalismo; Neoliberalismo.

### Job category: from its ontology to the capitalist system

**Abstract:** Recalling the work category as a starting point, and understanding it as an eminently human activity, we present a theoretical reflection to discuss this theme and later understand the complexity of work in the capitalist system of production. While ontological work, man has possession of his means of production, knows the work process and recognizes himself in the product of his work. On the other hand, the work configured in the molds of capitalism, the means of production belong to the capitalist, labor becomes alienated to man and the same is not recognized in the product of his work. The construction of this article resulted from a bibliographical research presenting the work category in a critical perspective based on the Marxian theoretical framework

**Keywords:** Work; Capitalism; Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da “Universidade Estadual Paulista” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP – Campus de Franca/SP). Assistente Social no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (HCFMRP-USP). E-mail: <lais\_vilaverde@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da “Universidade Estadual Paulista” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP – Campus de Franca/SP). E-mail: <mayarasimonbe@yahoo.com.br>.

<sup>3</sup> Docente no Departamento de Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da “Universidade Estadual Paulista” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP – Campus de Franca/SP). E-mail: <crispiana@uol.com.br>.

## **Introdução**

O presente trabalho tem a intenção de apresentar conceitos relevantes da categoria trabalho em seu sentido ontológico, trazendo elementos fundamentais para a compreensão desta categoria antes do surgimento do sistema capitalista.

No primeiro momento, aborda-se a questão da categoria trabalho em sua ontologia, trazendo os aspectos fundantes desta categoria como eixo norteador da vida humana e suas interrelações.

No segundo momento, trata-se da categoria na sociedade capitalista contemporânea onde esta aparece de forma mais complexa e organizada, e se mostra submissa a uma ideologia dominante e estranhada ao homem. Aqui o homem é submetido a relações de dominação e exploração, sendo sua força de trabalho transformada em mercadoria pelo capitalismo.

## **A categoria trabalho na perspectiva ontológica**

O trabalho é considerado categoria fundante, central na vida do homem e na sociedade, visto ser por meio do trabalho que esta sociedade se forma e se institui como tal, ou seja, através do ato do trabalho a humanidade se cria e constitui. Conforme Lukács (1979, p. 87) “[...] O trabalho é, antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo”.

Sara Granemann considera que

A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana. (GRANEMANN, 2009, p. 4)

Por meio do trabalho o homem se realiza como ser humano, passa a viver em sociedade e constrói relações com outros homens. Faz o intercâmbio entre o homem e a natureza, criando o ser social, a categoria trabalho é a única capaz de fazer este intercâmbio.

[...] o ser social passa a construir mediações – cada vez mais articuladas -, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo. Desse modo, sem

deixar de se relacionar com a natureza – pois precisa dela para se manter vivo -, vai moldando sua natureza social (BARROCO, 2010, p.19).

Marx (1988) identifica a categoria trabalho como categoria fundante do ser social, visto que para poder existir, os homens têm que transformar a natureza, e neste processo se definem.

Por meio do trabalho existe a mediação homem – natureza, devido a capacidade de que ao mesmo tempo em que transforma a natureza o homem transforma a si mesmo. A partir do momento que ele executa uma tarefa por meio do trabalho, este já não é mais o mesmo, desenvolve potencialidades, novos conhecimentos e habilidades. Neste aspecto, o trabalho é uma forma do homem produzir os meios para sua sobrevivência e atender suas necessidades básicas.

O trabalho, como uma atividade essencialmente humana, tem sua centralidade na vida do ser humano. Por meio dele, o homem transforma a natureza e a si mesmo, visto que, por meio da prévia ideação, ele constrói na mente o processo e o resultado do seu trabalho. Sendo assim, o trabalho humano diferencia-se do trabalho animal, visto que o homem tem consciência de sua ação, planejando antes de executar, ou seja, parte de uma ideia, projetando o produto de seu trabalho em sua consciência (prévia ideação), e depois coloca em prática (objetivação).

O trabalho é composto pelos processos de prévia-ideação e objetivação, os quais resultam na transformação da realidade. A ação do homem sobre a natureza realiza uma transformação que foca um determinado fim, e para tanto, é necessário a utilização de um instrumental de trabalho sobre o objeto que atua. Tal instrumentalidade dos objetos se dá por meio da objetivação do homem sobre elas através do trabalho, ou seja, é o próprio homem quem dá capacidade aos objetos com sua intervenção sobre eles, tornando-os instrumentais que servem para suprir as necessidades humanas de acordo com as finalidades projetadas por ele.

Assim, por meio do trabalho e da capacidade teleológica de projetar na consciência antes de colocar em prática o homem se diferencia dos animais, já que estes são biologicamente pré-determinados, e os seres humanos partem de uma ideia antes de realizar uma ação.

A prévia ideação é a resposta a algo que a antecede, ou seja, antes de projetar em sua consciência, o homem tem uma necessidade, e assim, o trabalho e seu produto surgem por meio das necessidades do homem. A satisfação dessas

necessidades, o trabalho, só é possível por meio de mediações que permitem sua realização, mediações estas que transformam a natureza e o próprio homem, como destacado por Lessa (1999, p.4)

Em poucas palavras: todo ato de trabalho, sempre voltado para o atendimento de uma necessidade concreta, historicamente determinada, termina por remeter para muito além de si próprio. Suas consequências objetivas e subjetivas não se limitam à produção do objeto imediato, mais se estendem por toda a história da humanidade (LESSA, 1999, p. 4).

Todo ato de trabalho se traduz na satisfação das necessidades humanas, e, ao satisfazê-las, outras necessidades são criadas, se tornando desta forma um ciclo que mantém a sociabilidade em funcionamento. Marx (1988) elucida essa capacidade e a diferenciação do trabalho humano do animal, usando o exemplo do que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha, onde o homem planeja antes de executar seu trabalho, já para a abelha é um ato mecânico, de seu instinto.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX, 1988, p. 202).

Deste modo, o trabalho é capaz de um salto ontológico, criando o ser social, ou seja, faz a passagem do ser natural para o social. O ser social é uma síntese entre objetividade e subjetividade, sendo a práxis o que vai defini-lo.

A sociabilidade é resultado de um processo de criar e recriar novas formas de satisfação de necessidades humanas, gerando uma transformação tanto do ser social, quanto da natureza, ou seja, do sujeito e também do objeto. Além disso, se faz necessário que o homem conheça a natureza e saiba valorar os objetos necessários para que alcance seus fins. É por meio do processo de valoração que se inicia a consciência do homem, sua capacidade racional e valorativa. Os valores se objetivam a partir do momento que correspondem a necessidades e possibilidades dos homens em sua práxis<sup>4</sup> dadas histórica e socialmente.

Dada a complexificação da sociedade, o trabalho vai tomando novas configurações e na sociedade capitalista o trabalho promove a organização das relações

---

<sup>4</sup> Compreende-se práxis como a interação do pensar e agir humano com o propósito fim de transformar a sua realidade material. Nesse sentido, envolve não apenas o ato de pensar, mas todos os seus valores advindos da sua cultura, momento histórico-político e econômico.

para manter determinada ideologia numa relação de dominação, ou seja, homem versus homem. Diferente das sociedades primitivas, em que pelo trabalho, o homem transforma a natureza e a si mesmo, transformando, portanto, a realidade material, numa relação homem versus natureza.

Nisto podemos compreender que há um processo de reprodução social, que nas palavras de Lessa entende-se que

[...] todo ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata. Ele também possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas, das relações sociais, de modo que a sociedade se torna cada vez mais desenvolvida e complexa. É este rico, contraditório e complexo processo que, fundado pelo trabalho termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, que é denominado de reprodução. (LESSA, 1999, p. 6)

Com o desenvolvimento dos complexos sociais a própria organização da sociedade se torna complexa, onde vão sendo estabelecidos o Direito, a fala, a ideologia, os costumes para atender a possibilidades e necessidades, surgidas através do trabalho, para o desenvolvimento da humanidade.

Na sociedade capitalista, portanto, o trabalho passa a se regular pela chamada lei do valor, possuindo assim um valor de uso e o valor de troca, onde em seu sentido ontológico, na medida em que se orienta a um fim e uma necessidade o trabalho é em seu sentido concreto/ útil. Com o surgimento e avanço do capitalismo o trabalho passa a ser alienado / estranho ao trabalhador, onde o mesmo não se reconhece no produto de seu trabalho, ou seja, “[...] o trabalho cuja razão de ser não mais é a necessidade do trabalhador, mas sim o desenvolvimento da riqueza da classe dominante”. (LESSA, 1999, p. 9)

## **O trabalho no sistema capitalista**

Nos séculos XVIII e XIX com a ascensão e surgimento do capitalismo, Revolução Francesa (avanço do capitalismo, eliminação do trabalho servil, ascensão da burguesia e proletariado), Revolução Industrial (que foi impulsionada pelo sistema capitalista), surgem as primeiras modificações no mundo do trabalho.

A transformação econômica, política, social e cultural na sociedade, decorrentes do Capitalismo Monopolista, no fim do séc. XIX fez com que a pobreza e todas as manifestações dela decorrente se tornassem muito aparente na sociedade,

demonstrando com intensidade que teve seu germe, definição e enraizamento neste modo de produção, o modo de produção Capitalista. Este cenário se fez presente em todos os países que fizeram a transição para este modo de produção. Na Europa estava um caos: insalubridade, péssimas condições de trabalho, de moradia, salários baixos, precarização e especialização do trabalho, enfim, entre outras expressões sociais provocadas pela forma que o modo de produção estrutura o trabalho.

A estrutura da sociedade, a relação entre a compra e venda da força de trabalho, as relações de produção já não são mais as mesmas. É instalado o sistema fabril, e há a inserção das máquinas no mercado de trabalho.

O trabalhador, que antes possuía as condições de realizar seu trabalho para manter suas necessidades básicas, com o sistema capitalista, se vê desprovido dos meios de produção e para sobreviver, não lhe resta outra coisa a não ser vender sua força de trabalho. Nesse sentido, a força de trabalho se torna uma mercadoria em uma relação de compra e venda.

A sociabilidade contida em um modo de produção que transforma a tudo em mercadorias, a começar pela força de trabalho, como seu resultado relações sociais e a atividade laborativa mesma de produzir os bens e os produtos necessários à vida social, como algo penoso, alienado, no qual o próprio produtor não se reconhece nos frutos de seu trabalho. (GRANEMANN, 2009, p. 14)

As relações sociais passam a ser relações entre coisas, coisificação, onde o trabalhador não se vê no outro e nem no produto de seu trabalho, não consegue se enxergar no produto final justamente porque ele se transforma em um instrumento para executar as necessidades de outra pessoa, adentrando o processo produtivo como coisa, ou seja, mera força de trabalho. Pode-se dizer que o homem submete a sua força de trabalho às necessidades de reprodução ampliada do capital, que se dá por meio da exploração do trabalho.

Obrigado a vender sua força de trabalho para obter as condições de viver minimamente, conforme dito anteriormente, o trabalhador não se vê no produto, que se torna algo estranho à ele, conforme citado por Marx (1993), o trabalho se torna alienado, em todo seu processo e como algo que domina o trabalhador.

Nessa relação de compra e venda da força de trabalho, o trabalhador, com poucas horas de trabalho, produz o suficiente para pagar seu salário, mas o lucro

excedente, toda a riqueza produzida neste processo vai para os donos do capital, os capitalistas, que são os detentores dos meios de produção.

Por meio da compra e venda da força de trabalho e o lucro por parte do capitalista, podemos observar o enriquecimento do capital e a exploração do trabalhador, com baixos salários, precárias condições de trabalho, longas jornadas de trabalho mulheres e crianças entrando cada vez mais cedo na atividade produtiva, dentre outros fatores.

Encontramos uma classe trabalhadora híbrida, ou seja, uma classe que se estratificou e já não tem uma característica tão marcada como a classe trabalhadora clássica do final do século XIX, entretanto, isso não significa que muitos trabalhadores não estejam vivenciando uma situação de pobreza, pelo contrário, são esses sujeitos que chegam às instituições para utilizar os serviços sociais. Temos uma classe “[...] desprovida de direitos e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais frequente de nossa classe trabalhadora”. (ANTUNES, 2008, p. 106).

A nova ordem social, baseada no capital financeiro e na internacionalização dos mercados e da economia, trouxe uma nova configuração do trabalho. Suas principais características são: o trabalhador polivalente, a flexibilização e terceirização do trabalho visando a redução de gastos, intensificação da informalidade entre as classes marginalizadas da sociedade, desregulamentação do trabalho, negação de direitos trabalhistas, privatização de serviços públicos (como saúde e previdência), erosão do trabalho contratado, entre outras que vão impactar no crescimento do terceiro setor e no desmonte da legislação social.

Todo esse cenário social tem refletido diretamente no cotidiano e na subjetividade dos sujeitos sociais.

Neste contexto de contradições podemos observar a questão social, que conforme Yamamoto (2012) compreende as desigualdades geradas pela relação capital x trabalho, uma relação antagônica, onde uma determinada classe se enriquece em detrimento e exploração de outra.

Com a exploração sofrida diariamente e em busca de melhores condições de vida e trabalho, os trabalhadores começam a se organizar, reivindicando direitos e pressionando a burguesia. Os trabalhadores conseguem alguns benefícios, concedidos

por parte do Estado e burguesia, para estes se manterem no poder e “acalmarem os ânimos”, evitando assim a revolta e a perda dos lucros.

Podemos perceber aqui, que a categoria trabalho, em seu sentido ontológico, na relação de troca entre o homem e a natureza de forma a garantir sua subsistência, já não é mais a mesma. Ou seja, com o advento do capitalismo a função social da categoria trabalho – transformação da natureza para produzir os meios necessários para a sobrevivência humana - passa a ser uma relação de exploração, e isso se deve ao fato de que, as relações sociais tiveram que assumir um caráter social e o trabalho passou a ser um contrato acordado entre os homens onde algumas estruturas sociais se beneficiam dele. Como nos diria Granemann

[...] Nessa relação reside a marca particular da sociedade capitalista: relações sociais são convertidas em relações econômicas quando a força de trabalho é cedida pelo vendedor (o trabalhador) ao comprador (o capitalista) como mercadoria, por tempo determinado sem que o vendedor renuncie a sua propriedade. (GRANEMANN, 2009, p. 7)

Percebemos uma mercantilização das relações sociais, transformadas em meras mercadorias e com o surgimento do modo de produção capitalista, as formas de organização e gerência do trabalho mudaram. Ocorre um processo de alienação entre o homem e o seu processo de trabalho, no qual não se sabe mais o resultado final devido à fragmentação do mesmo, conhecendo apenas uma parte do processo de produção.

A Agenda Neoliberal trouxe uma mudança radical desse processo após os anos 1990, em que a forma Toyotista (acumulação flexível do capital) de produção define a organização do trabalho, a saber: financeirização do capital, flexibilidade, lógica *just in time* (produção em tempo determinado, sem fazer estoque de produtos, produzindo na quantidade certa), terceirização, precarização do trabalho, desregulamentação das leis trabalhistas, desmantelamento dos movimentos sociais e sindicatos, recrudescimento dos salários e criação de banco de horas, aumento da desigualdade social, desemprego estrutural, aumento do exército industrial de reserva, entre outras, que em nada favorecem o trabalhador.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Acerca das transformações provocadas pelo capital, Netto e Braz nos fala que “[...] Compreende-se, pois que o ônus de todas elas recaiam fortemente sobre os trabalhadores – da *redução salarial* [...] à *precarização do emprego*. Aqui, aliás, reside um dos aspectos mais expressivos da ofensiva do capital contra o trabalho: a retórica do ‘pleno emprego’ dos ‘anos dourados’ foi substituída, no discurso dos defensores do capital, pela defesa de *formas precárias* de emprego (sem quaisquer garantias sociais) e do emprego em *tempo parcial* (também frequentemente sem garantias), que obriga o trabalhador a buscar o seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações. Nessa ofensiva do capital, seus porta-vozes vêm

---

afirmando que a ‘flexibilização’ ou a ‘desregulamentação’ das relações de trabalho (isto é, a redução ou mesmo a suspensão de garantias ao trabalho) ampliaria as oportunidades de emprego (ou seja, expandiria o mercado de trabalho) – argumentação largamente desmentida pelos fatos: **também em todos os países onde o trabalho foi ‘flexibilizado’ isso ocorreu juntamente com o crescimento do desemprego**”. (2008, p. 218-219, grifos do autor).

Com este novo modelo, o Estado deveria garantir os meios mínimos de sobrevivência para as pessoas, entretanto, se buscarmos na realidade, não encontraremos elementos concretos que nos proveem sua materialidade, ou seja, o Estado parece estar cumprindo um papel de ator observador ao invés de ser o protagonista, no sentido de estar buscando melhores alternativas para os apelos da população. Não garantindo o trabalho, acaba por incentivar o trabalho informal e precário. A forma assalariada de trabalho desenvolvida pelo capitalismo visa a integração das pessoas ao modo de produção, donde a questão social encontrou espaço para se definir e se expressar. A concentração de renda e a desigualdade social conjecturam para o desemprego estrutural.

Segundo Dupas,

As grandes empresas se transformaram no fulcro do debate político sobre a competitividade e a criação de empregos. Há mudanças profundas na organização do trabalho (das tarefas rotineiras e fragmentadas para o trabalhador polivalente e interdependente), com ênfase colocada na produção integrada, de qualidade, voltada a demandas específicas, e não mais à produção em massa. Uma grande variedade de novas formas de organização é utilizada: especialização flexível; organização com alto compromisso; sistema de trabalho de alta *performance*; *leanproduction*; redução dos níveis hierárquicos; descentralização e equipes de trabalho autônomas. (DUPAS, 2001, p. 35, grifo do autor).

A lógica capitalista assenta suas bases em um processo de exploração, ou melhor, depende da força de trabalho e da mais-valia gerada pela mesma, para que se fortaleça e se mantenha num ciclo de produção e reprodução material, que é na verdade a própria produção do trabalho. O simples valor-de-uso é transformado em valor-de-troca, ou seja, em mercadoria, que é responsável pela produção da mais-valia.

Nas palavras de Netto e Braz sobre a apropriação da força de trabalho pelo capitalista, temos que

[...] a força de trabalho possui uma *qualidade única*, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: **ela cria valor** – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. É justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: **o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro.** O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 100, grifos do autor)

No atual modo de produção, o trabalho é estranhado/coisificado ao homem, fazendo com que ele não conheça todo o processo de produção, ou seja, não faz parte do

produto que realiza, não se reconhecendo como parte do processo. A base de acumulação do capital é a exploração, a expropriação de mais-valia – lucro do capitalista sobre o trabalho não pago, excedente – e a apropriação da riqueza socialmente produzida. O princípio de totalidade nos permite compreender que a submissão do trabalho ontológico ao trabalho explorado não permite ao ser humano uma realização pessoal, mas, responde apenas, aos fetiches do capital globalizado.

Vivemos em uma sociedade em que há uma mercadorização das relações sociais, levando o ser social a construir formas de relação baseadas no valor-de-troca. Podemos dizer que a sociedade capitalista é a sociedade do espetáculo, na qual o culto ao corpo, a venda da imagem, o consumismo e o fortalecimento da cultura de massa, fomentados pela mídia que se apropria da tecnologia para disseminar tal cultura, são o carro chefe que impulsiona formas de criar regras de como se deve viver e se comportar nessa sociedade. Dessa forma, como o certo é o que está imposto, toda forma de reflexão e pensamento crítico são subjugados ao pensamento dominante.

[...] O paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer. Paciência que tal progresso traga consigo regressões, desemprego, exclusão, pauperização, subdesenvolvimento. A distribuição de renda piora, a exclusão social aumenta, o trabalho se torna mais precário nesse mundo de poder, produção e mercadoria. As tecnologias da informação encolhem o espaço. [...] de um lado, nada mais parece impossível; o mundo da *performance* cultua o otimismo. De outro, cresce o sentimento de impotência diante dos impasses, da instabilidade, da precariedade das conquistas. A opacidade do futuro parece impenetrável. Encantamento e desilusão se alternam. (DUPAS, 2001, p.49-50, grifo do autor)

De fato, considerando o pensamento do autor, é necessário construir formas de enfrentamento frente a essa conjuntura que aliena o ser humano e o destitui de suas capacidades e habilidades naturais, naturalizando as relações sociais coisificadas, anulando toda forma de criatividade e reflexão crítica inerente ao ser.

A tecnologia vem conquistando cada vez mais seu espaço na sociedade, tornando virtuais as relações sociais, otimizando e automatizando as relações de produção, criando terreno para que novas formas de produção sejam implantadas, que submetem o ser humano a precárias formas de sobrevivência e degradação da sua identidade enquanto ser ontológico social. Como nos diria Dupas sobre o alto uso das tecnologias: “[...] O grau de intensidade de utilização das tecnologias da informação também indica o nível de exigência, a capacidade geradora de inovações e o peso geral dessas tecnologias no conjunto da sociedade”. (DUPAS, 2001, p. 45)

A intensificação e modernização dos processos de produção indicam que a sociedade caminha rumo a construção de uma identidade que torna o homem sujeito submisso do próprio sistema de produção, escravo da macroeconomia, submetendo sua autonomia enquanto ser social a uma classe social minoritária que não permite aos homens viverem plenamente suas liberdades individuais. Assim, pode-se dizer, que o processo de estranhamento produtivo tende a se tornar cada vez mais intenso, onde inclusive, aqueles denominados intelectuais, colocarão o seu próprio saber adquirido/construído a serviço do capitalismo, tornando a atividade intelectual também uma vítima da alienação do capital.

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, é notório que com o advento do sistema capitalista o trabalho vai se distanciando de seu sentido ontológico.

A discussão acerca da categoria trabalho é relevante no sentido de que o trabalho possui centralidade na vida do ser social, sendo um importante componente para a construção das relações sociais e não apenas um meio de sobrevivência, colocando o homem numa posição que os distingue dos animais, sendo um ser racional capaz de pensar na mente a sua ação.

O trabalho surge com a premissa primeira de satisfazer as necessidades do homem. Por meio da prévia-ideação ele poderia pensar na mente os resultados de sua ação e, assim, iniciar um ciclo de satisfazer a suas necessidades, criando novas necessidades. Dessa forma, surgiu a sociedade capitalista que traz em seu bojo o mesmo princípio, trabalhar para satisfazer as necessidades. Todavia, este trabalho é alienado ao homem, ou seja, os frutos de seu trabalho pertencem ao capitalista que se apropria de seu trabalho em troca de um salário.

Com a exploração do trabalhador, alteração nos meios de produção, jornadas de trabalhos exorbitantes, o homem deixa de ser “livre”, fazendo parte de um sistema no qual não tem condições de sobreviver, manter suas necessidades básicas, a não ser que venda sua força de trabalho.

A relação de mediação entre homem e natureza, passa a ser uma relação de exploração do homem pelo homem, que antes produzia somente o necessário para suas

atividades básicas. Já no capitalismo, ele é desapropriado dos meios de produção, passando a vender sua força de trabalho como condição para sobreviver.

O trabalho é estranhado/coisificado ao homem, fazendo com que ele não identifique todo o processo de produção, isto é, não se reconhecendo como parte do processo. O que sustenta a acumulação do capital é a exploração, a expropriação de mais-valia e a apropriação da riqueza socialmente produzida. O princípio de totalidade possibilita-nos compreender que a subsunção do trabalho ontológico ao trabalho explorado não permite ao ser humano uma realização pessoal, mas responde, apenas, aos fetiches do capital globalizado. Temos a expressão de um trabalho parcial, precarizado, temporário, flexibilizado, terceirizado que coloca a classe trabalhadora numa situação de total dependência deste trabalho, submetendo a sua vida a longas jornadas de trabalho e muitas vezes abrindo mão de seu próprio lazer.

Por assim dizer, a sociedade de hoje vive em uma época em que a práxis humano-social está alienada a serviço do capital, foi apropriada de forma a não pertencer mais como elemento intrinsecamente humano-genérico para se tornar um objeto utilizado pelo sistema econômico a fim de garantir lucros, rotatividade de mercadorias e bens, luxo e manutenção de uma ideologia altamente prejudicial que fere princípios da dignidade humana.

## Referências

BARROCO, M. L. S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2010.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2001.

GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LESSA, S. O processo de produção / reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CEAD: Ed UnB, 1999.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas**, São Paulo, v. 1, p. 1-18, 1979.

MARX, K. **O capital**: o processo de produção do capital. Livro I, vol. I e II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

NETTO, J. . BRAS, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.